

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Prestação de Contas do Governo 2025 – 1º Ciclo

— 12/6/2025 — 13h30min



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, entre 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2025

Reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher

Presidente da reunião: dividiram a condução da reunião as deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira e o deputado Roberto Andrade

Data: 12/6/2025

Horário: 13h30min

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho

Belo Horizonte-MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

As Comissões de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher, em 12/6/2025, receberam Alessandra Diniz Portela Silveira, secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique www.almg.gov.br para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Direitos Humanos: deputada Bella Gonçalves

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: deputada Ana Paula Siqueira e deputado Roberto Andrade

Poder Executivo: Alessandra Diniz Portela Silveira, secretária da Sedese

Demais presenças: deputados Bruno Engler, Antônio Carlos Arantes, João Magalhães e Adriano Alvarenga

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, a secretária da Sedese apresentou resultados e ações da Pasta no período de 1º/1 a 30/4/2025 e foi a seguir questionada pelos parlamentares presentes. Os principais temas discutidos foram os seguintes:

1) Subsecretaria de Políticas dos Direitos das Mulheres:

Centro Risoleta Neves – Cerna: realização de: 2.220 atendimentos de mulheres em 2024 e 2025; 165 ações de capacitação e orientação técnica, apoio técnico, a mais de 130 municípios, até maio de 2025; capacitações direcionadas aos municípios para apoiar a estruturação e a implantação dos Organismos de Políticas para Mulheres – OPMs. Além disso, produção de uma cartilha com diretrizes para o atendimento a mulheres em situação de violência durante as Conferências Estaduais da Mulher e do Suas, previsto para agosto de 2025.

Carnaval da Liberdade 2025: em relação aos dados apurados em 2024, redução de 27,9% dos casos de importunação sexual, redução de 80% dos registros de estupro em Belo Horizonte, dos quais 37,8% eram referentes a estupro de vulneráveis.

Protocolo Fale Agora: capacitação de 700 pessoas, em 94 municípios, para prevenção de violência contra a mulher, acolhimento e orientação.

Fortalecimento da Participação Feminina na Política: realização, em março, do 1º Encontro Estadual de Gestoras, com mais de 400 mulheres e municípios representados.

Conselho Estadual da Mulher – CEM: realização de 102 conferências municipais, que finalizariam em 28/7/2025; previsão de realização de Conferências Regionais em 16 cidades, até 28 de julho; previsão de realização da Conferência Estadual da Mulher, em Belo Horizonte, em agosto de 2025.

Câmara Integrada de Políticas dos Direitos das Mulheres: regulamentação em 2024 da Câmara Integrada de Políticas dos Direitos das Mulheres, composta por nove órgãos do Executivo e nove instituições convidadas, que se reúnem mensalmente para a promoção de ações e agendas articuladas em datas simbólicas e estratégicas da política para as mulheres.

Trajeto Moda: entrega de 1.083 máquinas de costura em 76 municípios, de maio de 2023 a maio de 2025; atendimento de 690 mulheres, em 46 municípios, até dezembro de 2025; previsão de atendimento a 1.332 mulheres em 92 municípios, até 2026.

Agosto Lilás: realização em agosto de 2024 do evento “Quebre o Ciclo da Violência contra a mulher”, no Palácio da Liberdade, com desfile do Trajeto Moda.

Mulheres Mil – Utramig: classificação de 450 pessoas para os cursos de qualificação profissional em 2024, que beneficiarão mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência doméstica.

Dias de Ativismo, em novembro de 2024: realização dos eventos Fale Agora com a OGE, para a conscientização de como proceder em situações de assédio e divulgação do canal disponibilizado para manifestações dos servidores, em ouvidorias móveis; Roda de Conversa, na Casa da Mulher Mineira, sobre o tema “A autoestima da mulher após a violência” e entrega das doações; Acordo de Cooperação Técnica com a Uber, que consistiu na divulgação de informações a motoristas parceiros e usuários da Uber para enfrentamento da violência sexual em Minas Gerais.

Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027: previsão de realização da maior e mais importante competição de futebol feminino em Belo Horizonte e em outras sete cidades brasileiras.

2) Subsecretaria de Política de Habitação:

APÊ – Auxílio Porta de Entrada: subsídio de R\$20 mil para o valor de entrada na compra de imóvel novo; atendimento de 400 famílias, em oito municípios, em 2024; previsão de entrega das chaves de até 400 habitações nos municípios, até dezembro de 2025.

Moradas Gerais | Frente I (Região Metropolitana de Belo Horizonte): realização de melhorias de moradias precárias de até 1.000 famílias, no valor de até R\$35.000,00 por família em situação de vulnerabilidade social e inadequação habitacional, de 2025 a dezembro de 2026.

Moradas Gerais | Frente II: previsão de melhorias habitacionais/módulos sanitários em 3.000 domicílios de 2025 e até 2027.

Conferência Estadual das Cidades: apoio da Sedese na reativação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional Urbano – Conedru; realização pela Sedese e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – da 6ª Conferência Estadual das Cidades, em 6, 7 e 9 de agosto de 2025; mobilização dos 853 municípios para realização das conferências municipais, com apoio das 22 Diretorias Regionais.

Doação de Itens de Segurança Hídrica Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene: doação de caixas d'água e tubos PVC para o acesso à água potável em diversas comunidades de atuação do Idene; doação de mais de 3 mil itens de segurança hídrica para famílias em áreas de escassez hídrica, em 2025.

Energização de poços e Sistemas de Abastecimento de Água – Kits Fotovoltaicos – Idene: 573 pessoas beneficiadas, entre 2024 e 2025; 12 instalações realizadas nos municípios de Mato Verde, Bocaiúva, Brasília de Minas, Ibiaí, Grão Mogol, Várzea da Palma; Próximas instalações: Verdelândia e Gameleiras.

3) Assessoria de Segurança Alimentar:

Cozinhas Comunitárias: disponibilização de até R\$600 mil para modernização de até 10 cozinhas comunitárias, em 2024.

Bancos de Alimentos: repasse total de R\$ 1,2 milhão para modernização de 19 bancos de alimentos, em 2024.

Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan: aumento do número de municípios aderidos ao Sisan, que passou de 9 para 161 de 2019 a maio de 2025 (em 2025, 45 municípios aderiram e há outras 45 solicitações de adesão em análise documental); realização de oficinas virtuais a todos os municípios interessados, com a participação e acompanhamento das Diretorias Regionais da Sedese e Diretorias Regionais da Emater.

Plano Estadual de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável: previsão da publicação da 6ª edição do Plano Estadual de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável para julho de 2025, com participação da Sedese e outros órgãos do Estado.

4) Subsecretaria de Direitos Humanos:

Primeira Infância: Instituição do Comitê Estadual Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância – Ceipi –, por meio do Decreto nº 48.829, de 24/5/2024, com o objetivo de promover ações integradas para a proteção e ao desenvolvimento integral na primeira infância, fomentar a implementação do Plano Estadual e dos planos municipais, além de desenvolver a plataforma ceipi.social.mg.gov.br, com dados dos 853 municípios mineiros com base no CadÚnico; realização do 1º Seminário pela Primeira Infância em junho de 2024, com 286 participações certificadas (representantes do governo e da sociedade civil), visando à construção de políticas públicas efetivas para a primeira infância; lançamento da campanha “A violência sexual contra Crianças e Adolescentes é silenciosa, mas deixa sinais”.

Unidades Integradas de Registro Civil de Nascimento – UI: implantação de 103 unidades, em 78 municípios, que emitiram mais de 481 mil certidões de nascimento até abril de 2025.

Leite para a Primeira Infância: distribuição de leite para famílias em situação de vulnerabilidade social, lideradas por mães solo com crianças de 2 a 6 anos; atendimento de até 108 municípios nas regiões Norte e Nordeste, com a distribuição de leite UHT e leite pasteurizado; atendimento de 5.300 famílias até junho de 2025; previsão de 18 mil famílias beneficiadas até 2026.

Criança e Adolescente: oferta de 6.793 vagas do curso “Introdução aos Direitos Humanos, Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Funcionamento do Conselho Tutelar e o Papel dos Conselheiros”, iniciado em janeiro de 2025, na plataforma do Ser-DH, dirigido a conselheiros tutelares e de direitos e gestores municipais.

Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Sipi – e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes: mobilização pela proteção da infância; realização da Jornada do Maio Laranja em 13 municípios, em todas as regiões do Estado. A jornada consistiu em blitz educativas em praças e ruas, palestras lúdicas para o público infantil, palestras para adolescentes e palestras para o público adulto sobre o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Maio Laranja: distribuição de mais de 200 mil cópias da cartilha “A violência sexual contra crianças e adolescentes é silenciosa”(elaborada em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca-MG – em formato ilustrativo, com linguagem simples e acessível), *flyers*, adesivos e cartazes, em 187 municípios; realização do 1º Encontro Estadual de Gestores em Defesa da Infância, em 28/5/2025, com o objetivo de alinhar estratégias regionais e articulação intermunicipal; realização do Seminário Estadual Maio Laranja, em parceria com o Serviço Social Autônomo – Servas; realização de blitz educativa na Ceasa-MG; divulgação do Disque 100 – Denuncie!.

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PCCAAM: cofinanciamento de vagas em 16 unidades de acolhimento para crianças e adolescentes do PCCAAM, em 11 municípios, no valor

de R\$576 mil por ano; cofinanciamento de serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, no valor de R\$960 mil para 16 municípios, por ano.

Centro Integrado de Atendimento à População em Situação de Rua (Canto da Rua): revitalização da primeira edificação no terreno, com estrutura já disponível para reuniões e atividades coletivas e aquisição de bens e materiais permanentes para a implementação integral do projeto.

Atendimento à Pessoa em Situação de Rua – Moradia Primeiro: realização do seminário “Moradia Primeiro: Fortalecendo a Rede de Atendimento da População em Situação de Rua”, em dezembro de 2024, com 287 participantes de 191 municípios mineiros e 112 municípios de outros estados; lançamento em 2024 da cartilha "Garantia de Direitos", instrumento para qualificar e aprimorar os serviços públicos destinados à população em situação de rua.

Comitê Intersetorial – Ciamp Rua MG: regulamentação, por meio do Decreto nº 48.902, de 2024, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua de Minas Gerais, órgão de representação profissional e de pessoas em situação de rua, cuja composição é paritária (representantes do governo e de entidades da sociedade civil); publicação de edital de eleição em junho de 2025.

Pessoa Idosa: sanção da Lei nº 24.965, em 2024, que prevê a realização, por bancos e instituições financeiras, de campanhas permanentes de conscientização sobre golpes contra idosos.

Campanha Seja Cuidado: lançamento de campanha educativa de comunicação institucional para orientar a população idosa sobre prevenção de golpes financeiros e fraudes bancárias; lançamento do *site* <<https://sejaocuidado.com.br/>> com informações para a participação mais ativa no auxílio às pessoas idosas, de forma a garantir um envelhecimento seguro.

Melhor Geração: estímulo à prática de atividades físicas para a população idosa, por meio da implantação de núcleos de atividades físicas; atendimento em 2025 de 600 pessoas idosas, em oito núcleos.

6ª Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: previsão de realização da conferência em agosto de 2025, em conjunto com o Conselho Estadual da Pessoa Idosa. Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas para a promoção dos direitos da pessoa idosa, o tema da conferência será “Envelhecimento multicultural e democracia urgência: por equidade, direitos e participação”.

Diversidade: realização das Conferências Regionais de Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ em maio de 2025; previsão de realização da Conferência Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ em agosto 2025; lançamento da 3ª Campanha Respeito à Diversidade, em maio de 2025, com a participação da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, e do Corpo de Bombeiros Militar de

Minas Gerais – CBMMG; inclusão no portal SER-DH, em 2025, do curso de Formação Direito das Pessoas LGBTQIAPN+.

Juventude: realização da Semana da Juventude em agosto de 2024; previsão de nova edição da semana para agosto de 2025; posse dos integrantes do Conselho Estadual da Juventude – Cejuve (2024-2026) em janeiro de 2025; previsão de realização da 6ª Conferência Estadual das Juventudes em outubro de 2025, em Belo Horizonte.

Geração Esporte: atendimento a 11.880 crianças e adolescentes em 99 municípios, em 2025, por meio do programa “Geração Esporte”, cujo objetivo é o estímulo da prática de atividades físicas no contraturno escolar; publicação de novo edital em abril de 2025, para seleção de mais 29 municípios;

5) Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda:

Vias de Inclusão – Qualificação e formação socioemocional: acompanhamento de 120 pessoas em Betim e Contagem, até 2025; reinserção social e produtiva de pessoas em situação de rua; formação, qualificação e economia solidária.

Igualdade racial e povos e comunidades tradicionais: lançamento do curso “Formação em políticas de promoção da igualdade racial” na plataforma da Escola de Formação em Direitos Humanos, com a emissão de mais de 100 certificados em 2025; previsão de realização do “I Encontro Mineiro de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Populações Vulneráveis às Mudanças Climáticas de Minas Gerais” até outubro de 2025; difusão de técnicas tradicionais de uso, ocupação e preservação do solo e impactos das mudanças climáticas; realização de mesas temáticas sobre metas de desenvolvimento sustentável com base em saberes tradicionais.

Proteção dos Direitos Humanos – Centros de Referência de Direitos Humanos – CRDH: investimento de R\$2 milhões para manutenção dos quatro CRDH (Mucuri, Sul, Mata, e Norte); realização de 832 atendimentos de abertura de casos individuais e coletivos de junho de 2024 a abril de 2025; atendimento de 5.828 pessoas em ações de promoção e outros serviços nos CRDHs.

Promoção dos Direitos Humanos – Escola de Formação em Direitos Humanos – EFDH: oferta de oito cursos na Plataforma SER-DH; emissão de mais de 2.500 certificados de junho de 2024 a abril de 2025; oferta, em 2025, do curso “Formação em políticas de promoção da igualdade racial” na mesma plataforma; previsão de realização, em setembro de 2025, da 5ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos, intitulada “Por um Sistema Nacional de Direitos Humanos, visando consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas”.

Demandas e questionamentos

- Sobre as políticas para mulheres:
 - A apresentação da Sedese revela uma espécie de “amostra grátis” de algumas políticas do Estado, pois elas não atendem mais do que 200 municípios. Os presentes inquiriram quais são os planos do Estado para a ampliação das políticas públicas de atendimento à mulher.
 - Em resposta, a secretária informou que a Sedese coordena 7 subsecretarias, o que é um desafio para a implementação de políticas públicas, porque Minas Gerais tem 853 municípios e dimensões consideráveis. Não obstante, trouxe exemplos de políticas públicas que já atingem todos os municípios mineiros: a Assistência Social; os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, que teve adesão de todos os municípios; e o apoio técnico nas políticas públicas estaduais que as diretorias regionais da Pasta prestam a todos os municípios mineiros.
 - Atualmente 130 municípios são atendidos pelo Cerna, mas 723 não são. O Cerna precisa ocupar um lugar de referência, sobretudo nas cidades que lideram o *ranking* de violência contra as mulheres. Em Minas Gerais, há 10 cidades com alto índice desse tipo de violência.
 - Em resposta, a secretária afirmou que o Cerna atende a 130 municípios porque esses municípios demandaram seus serviços. Explicou que, para a ampliação desse universo, é necessário ampliar a articulação e divulgação dessas políticas públicas, que muitas vezes dependem de adesão por meio de editais da Sedese. Assim, a Secretaria conta com o Legislativo e Sociedade Civil para a divulgação e adesão dos municípios.
 - Segundo a apresentação da secretária, houve redução dos índices de feminicídio no Estado, mas, por outro lado, aumentaram as tentativas de crimes contra as mulheres. Pesquisas mostram que Minas Gerais ainda têm municípios com os piores índices de violência contra a mulher do País. O que o Estado tem feito em relação a isso?
 - A Comissão de Defesa da Mulheres, em evento e audiências, constatou que há problemas na forma de registro dos homicídios e que por isso alguns feminicídios não são registrados.
 - A política de atendimento às mulheres é transversal e perpassa várias outras, como as de saúde, trabalho e assistência social, portanto a Sedese deve fazer uma articulação e ampliação dessas políticas em nível municipal.
 - Em resposta, a secretária afirmou que a Sedese atua na edição de protocolos de atendimento à violência contra a mulher em parcerias com outras Pastas; além disso a Sedese aderiu ao Proteja Minas, programa realizado pela PCMG.

- Os presentes inquiriram como está o processo de regulamentação da Lei nº 24.466, de 2023, que institui a política de enfrentamento à violência política de gênero no Estado, e qual o fluxo coordenado de ações para a regulamentação do atendimento previsto pela lei.
 - Em resposta, a secretária informou que a regulamentação da Lei nº 24.466, de 2023, já está pronta e foi encaminhada para uma última análise antes da publicação.
- Os presentes perguntaram qual a situação da política de abrigamento de mulheres vítimas de violência e como é a articulação no Estado dessas casas de acolhimento.
 - Em resposta, a secretária informou que, para realizar o cadastramento de abrigos, a Sedese está elaborando um edital, a ser publicado em setembro de 2025, visando ao cofinanciamento da política. Também esclareceu que há previsão repasse de R\$2 milhões de reais para essa finalidade.
- Os presentes questionaram se a política pública “Banco de Empregos: A Vez Delas” avançou, uma vez que os dados divulgados até a última fiscalização realizada pelo Legislativo revelam que o Estado só conseguiu empregar quatro mulheres.
 - Em resposta, a secretária informou que essa política foi remodelada e publicada no *site* da Subsecretaria de Direitos Humanos, para que todas as pessoas que passem por capacitação saibam que ele existe. Esclareceu a Sedese estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para o encaminhamento de mulheres vítimas de violências para as vagas de emprego terceirizadas desse tribunal. Além disso, o acesso das mulheres ao *site* foi simplificado: encontra-se em “Percurso Gerais – Trajetória para Autonomia” e tem sido divulgado em todas as conferências municipais e estaduais.
- Sobre a primeira infância:
 - Os presentes afirmaram que há apenas 80 municípios mineiros com conselhos municipais relativos à primeira infância e questionaram por que o Estado ainda não tem um plano estadual de primeira infância implementado.
 - Em resposta, a secretária informou que a Sedese tem buscado avançar em na escala de atendimento do programa distribuição de leite para famílias em situação de vulnerabilidade social – que atualmente atende a Região do Idene –, visando realizar a cobertura de atendimento também na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também afirmou que o plano estadual da primeira infância está sendo construído em articulação com outras Pastas estaduais como a de saúde e a de cultura.

- Os presentes relataram que o trabalho infantil recuou no Brasil, mas que a situação persiste no Estado, onde as crianças trabalham, em vez de praticar esporte ou estudar, e perguntaram o que a Sedese tem feito em relação a esse tópico.
 - Em resposta, a titular da Sedese afirmou que o caminho adotado para combater o trabalho infantil é o estímulo ao esporte, por meio do Jemg e justificou que a prática de esporte pode trazer renda e saúde para os jovens e ainda evitar que se envolvam com drogas. Também informou que estão sendo divulgadas duas cartilhas que abordam o enfrentamento do trabalho infantil e que será lançado um programa de socioaprendizagem, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, visando à preparação do jovem para o mercado de trabalho e a erradicação do trabalho infantil.
- Sobre as políticas de trabalho, emprego e renda:
 - Diante da redução das vagas de trabalho e da extinção de ocupações em setores como *shoppings*, bancos e agricultura, somada à dificuldade de contratação em diversas áreas, os presentes perguntaram que ações têm sido desenvolvidas pela Sedese. Ainda questionaram qual tem sido o papel da secretaria em relação às mudanças no perfil do emprego e o que tem feito para a qualificação do trabalhador em treinamentos e cursos técnicos.
 - Em resposta, a secretária apontou várias realizações: o alcance da marca de 980 mil empregos formais em Minas Gerais; a disponibilização de mais de 80 mil vagas de empregos em ação da Sedese, denominada Feirão de Empregos; o incremento do Programa Trajeto da Moda destinado à mulheres com 60 anos ou mais; o programa Minas Forma, que disponibiliza vagas de qualificação profissional na área do turismo e indústria.
 - Os presentes relataram que o Tribunal de Contas do Estado suspendeu a assinatura de um contrato no valor de R\$237 milhões destinado ao programa "Evolução Jovem", que visa a inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e pediram esclarecimentos sobre os critérios para essa contratação.
 - Em resposta, a secretária explicou que o "Evolução Jovem" é um programa que foi executado em outros estados e que o critério de desempate para a contratação das entidades foi a comprovação de experiência e o volume de jovens atendidos. As empresas participantes demonstraram experiência e apresentaram documentação compatível com os requisitos do chamamento. O TCE pediu a suspensão para analisar a documentação apresentada em todo o certame.
- Sobre as políticas para a pessoa idosa:

- Os presentes apontaram a crescente exposição das pessoas idosas a golpes, tanto em agências bancárias quanto por meio do chamado “cangaço digital”, com fraudes que chegam diretamente aos celulares.
 - Em resposta, a secretária indicou alguns projetos de lei que foram aprovados pelo governo para a proteção de idosos, entre eles o que torna obrigatório para bancos e instituições financeiras a necessidade de campanha permanente (em aplicativos, *sites* e presencialmente) para conscientização e combate a golpes financeiros.
 - A secretária também lembrou que a Sedese tem programas para a população idosa que visam o envelhecimento com saúde, estimulando o cuidado com o corpo e a mente por meio de práticas esportivas, bancos de alimentos, entre outras medidas.
- Sobre a política de regularização fundiária:
 - Os presentes perguntaram a situação da regularização fundiária no Estado.
 - Em resposta, a secretária da Sedese informou que a regularização fundiária em Minas Gerais é atribuição da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico – Sede –, mas também é acompanhada pela Sedese, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos – SDH. Segundo relatou a secretária, a regularização fundiária avançou no Estado, com a concessão de 80 mil títulos a 242 mineiros, em quase 300 municípios.
- Sobre o acordo de repactuação relativo ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana:
 - Os presentes afirmaram que, segundo o acordo de repactuação relativo ao rompimento da barragem em Mariana, serão investidos R\$170 bilhões de recursos da União e do Estado, e indagaram qual parcela desses recursos será destinada à Sedese.
 - Em resposta, a secretária afirmou que a Sedese receberá cerca de R\$388 milhões, que serão distribuídos em quatro eixos:
 - R\$281 milhões – fortalecimento da rede socioassistencial, com a execução de melhorias que incluem as reformas de unidades do Cras e do Creas, além de contratação de equipe técnica e aquisição de material de consumo;
 - R\$54 milhões – oferta de capacitação continuada em gestão para profissionais do Suas, bem como apoio na elaboração e execução dos planos municipais de assistência social;

- R\$23 milhões – oferta de cursos de qualificação profissional, visando à inserção produtiva, a partir de estudo das demandas do mercado de trabalho e a disponibilização de microcrédito para financiamento de atividades produtivas;
- R\$25 milhões – ações visando o atendimento a mulheres (23M para as atingidas pela tragédia de Brumadinho e 2M para o abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica).
- Sobre os povos e as comunidades tradicionais:
 - Os presentes contextualizaram os direitos dos povos e das comunidades tradicionais de serem consultados a respeito de medidas administrativas que possam ter impactos em suas vidas. A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre Povos Indígenas e Tribais, instrumento internacional de proteção dos direitos desses povos, garante o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI – às comunidades que possam ser impactadas por empreendimentos ou medidas administrativas que afetem seus territórios, modos de vida e culturas. Recentemente o governo tentou estabelecer novos critérios, porém a legislação estadual foi derrubada pelo STF. O licenciamento é atribuição da Pasta do Meio Ambiente, mas a consulta é efetivada pela Sedese. Por outro lado, a construção do Rodoanel obteve licença prévia, sem que os povos e as comunidades tradicionais afetados fossem consultados. Diante desse quadro, os presentes questionaram como a Sedese compreende a CLPI e como tem se preparado para atender a legislação que rege essa temática.
 - Em resposta, a secretária afirmou que a CLPI é uma das fases do licenciamento que está no âmbito da diretoria dos povos tradicionais da Sedese. Ela entende a CLPI como uma espécie de “anomalia jurídica”, por ser uma interpretação da Convenção nº 169 da OIT. Esclareceu que a Sedese não faz a escuta das comunidades, apenas valida se a comunidade foi escutada, utilizando um *checklist* disponível no *site* da Pasta. Informou que não há legislação estadual específica que descreva como a CLPI deve ser realizada, o que fragiliza todo esse processo.
- Sobre o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM:
 - Os presentes afirmaram que pobreza atinge 3,4 milhões de pessoas em Minas Gerais e, de acordo com a Sedese, essas pessoas vivem com menos de R\$200 por mês. Ainda relataram que o FEM já teve seus recursos desviados para outras finalidades diferentes da erradicação da pobreza.
 - A secretária, em resposta, afirmou que, pela sua importância, os recursos do FEM não estão condicionados no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

- Sobre a assistência social:
 - Os presentes relataram que há servidores na Sedese com salários indignos, incompatíveis com o mercado e suas funções, abaixo da média nacional. Perguntaram como a Secretaria está se preparando para robustecer as políticas socioassistenciais, as estruturas de Cras, Creas e as carreiras da assistência social, reforçando a importância da profissão para o acolhimento qualificado e a construção de soluções coletivas para a superação da fome, da miséria e da pobreza.
 - Em resposta, a secretária disse que, atualmente, o Estado tem quatro unidades regionais do Creas, mas o Estado cofinancia outras 50 unidades de Creas Municipais. São R\$7 milhões de investimento para os Creas regionais e R\$12 milhões para o cofinanciamento municipal, que atende a 101 unidades. Há a perspectiva de implementar mais Creas, com a previsão de 400 unidades municipais em Minas Gerais. A titular da Sedese também afirmou que a evolução da execução da Lei Orçamentária Anual, de junho de 2024 a junho de 2025, mostra a ampliação de 50% de recursos implementados nas políticas pública de desenvolvimento social.
- Sobre a população em situação de rua:
 - Os presentes relataram que a população em situação de rua em Minas Gerais cresceu 700%, mas que o número de equipamentos socioassistenciais não aumenta há dez anos: há menos de 25 centros para atendimento.
 - A secretária, em resposta, disse as políticas do Canto da Rua e das casas de abrigo têm sido incrementadas pela Sedese para o enfrentamento da situação no Estado.
- Sobre a habitação:
 - Os presentes afirmaram que a Sedese não se estruturou adequadamente para enfrentar o déficit habitacional no Estado. Em 2024, apenas 40 moradias foram entregues à população, apesar de haver emendas parlamentares para o assessoramento técnico da Secretaria. Diante disso, questionaram se a Sedese está preparada para atuar de forma eficaz no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida.
 - A secretária, em resposta, disse que a pobreza é multidimensional, não se refere apenas a questão financeira e atinge os centros urbanos, o Norte e o Sul de Minas Gerais em diversas facetas. Assim, a Sedese cuida de vários aspectos do déficit habitacional por meio dos programas Apê, Morada Gerais e Módulos Sanitários. Além disso, o Estado se inscreveu no Edital do Minha Casa Minha Vida e aguarda o retorno do governo federal.

- Sobre o Memorial dos Direitos Humanos Memória e Verdade:
 - Os presentes indagaram se o Estado vai prosseguir as negociações com os movimentos sociais sobre a possibilidade de abertura do Memorial dos Direitos Humanos Memória e Verdade.
 - A secretária, em resposta, explicou que o imóvel do antigo Departamento de Ordem Social e Política e Social – Dops – foi avaliado em mais de R\$5 milhões e foi disponibilizado no âmbito do Propag, como forma de abatimento da dívida do Estado. Disse ser favorável à instalação do Memorial e estar disponível para discutir e buscar uma solução célere para sua instalação.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Realizar, até agosto de 2025, a Conferência Estadual da Mulher.
- Realizar, até agosto de 2025, a Conferência Estadual do Suas.
- Realizar, até julho de 2025, 102 Conferências Municipais da Mulher.
- Atender, até dezembro de 2025, 690 mulheres no Trajeto Moda, em 46 municípios.
- Atender, até 2026, 1.332 mulheres no Trajeto Moda, em 92 municípios.
- Sedar a Copa do Mundo Feminina da FIFA, em 2027.
- Entregar as chaves de até 400 habitações, até dezembro de 2025, por meio do programa Auxílio Porta de Entrada – APÊ.
- Realizar melhorias em moradias precárias, até dezembro de 2026, para 1.000 famílias, no âmbito do programa Moradas Gerais, Frente I.
- Realizar, em agosto de 2025 a Conferência Estadual das Cidades.
- Instalar, em 2025, a energização de poços e Sistemas de Abastecimento de Água – Kits Fotovoltaicos nos Municípios de Verdelândia e Gameleiras.
- Publicar, em julho de 2025, o Plano Estadual de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável.
- Beneficiar 18 mil famílias, até 2026, em situação de vulnerabilidade social por meio da distribuição de leite.
- Realizar, em agosto de 2025, a Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.
- Realizar, em agosto de 2025, a Conferência Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+.
- Realizar, em agosto de 2025, a Semana da Juventude.
- Realizar, em outubro de 2025, a 6ª Conferência Estadual das Juventudes.
- Realizar, até outubro de 2025, o I Encontro Mineiro de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Populações Vulneráveis às Mudanças Climáticas de Minas Gerais.
- Realizar, até setembro de 2025, a 5ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos, intitulada “Por

um Sistema Nacional de Direitos Humanos visando consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas”.

- Lançar edital, até setembro de 2025, para o cofinanciamento do abrigo de mulheres vítimas de violência.
- Disponibilidade para discutir e buscar uma solução célere para a instalação do Memorial dos Direitos Humanos Memória e Verdade.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQN 15.063/2025: Pedido de providências à Sedese para incluir um representante do Poder Legislativo na composição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua de Minas Gerais – Ciamp-Rua-MG –, instituído pelo Decreto nº 48.902, de 2024.

(Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/15063/2025>>)

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2025.

Deputada Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos